

287ª ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO CARAGUAPREV.

Aos vinte dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às 15h30min, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev realizou reunião ordinária online por meio da plataforma digital Google Meet, devido ao contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus), visando impedir o seu alastramento, não podendo ser realizada reunião presencial, o que traria aglomeração de pessoas contrariando o isolamento social, estabelecido conforme Decreto Estadual Nº 65.563, de 11 de março de 2021 e Decreto Municipal Nº 1422, 12 de março de 2021. Presentes à reunião os membros do Conselho Deliberativo: Marcus da Costa Nunes Gomes (Presidente do Conselho Deliberativo), Gilceli de Oliveira Ubiña, Ivone Cardoso Vicente Alfredo, Ivy Monteiro Malerba, Roberta Alice Zimbres Franzolin e Rosemeire Maria de Jesus. Ausente a Conselheira Marcia Denise Gusmão Coelho, que justificou previamente sua ausência na reunião ordinária, por motivo de doença e ausente o Conselheiro Ronaldo Cheberle, também por motivo de doença. Presente também à reunião o Presidente do CaraguaPrev Pedro Ivo de Sousa Tau, a Diretora Financeira Luana Moussalli Forcioni Guedes e a Diretora de Benefícios Rose Ellen de Oliveira Faria. Por solicitação do Presidente do Conselho Deliberativo, o Presidente do CaraguaPrev deu abertura a reunião agradecendo a presença de todos principalmente nesse momento de crise sanitária e elencou os itens da pauta sendo: 1) Prestação de contas do mês de abril de 2021; e 2) Alteração da Política de Investimentos 2021. Dando início à reunião o Presidente do CaraguaPrev passou para os comunicados iniciais, primeiro informou sobre a realização do Censo Previdenciário e Funcional, foi publicado o Decreto Municipal n.º 1.462, de 18 de maio de 2021, que dispõe sobre recenseamento previdenciário e funcional obrigatório dos servidores públicos municipais titulares de cargos de provimento efetivo e ativos e dos aposentados e pensionistas, regulamentando o censo que ocorrerá no período de 01 de julho de 2021 a 30 de setembro de 2021, de forma remota, através do site do CaraguaPrev, estando os envolvidos em treinamento . Em seguida informou que o CaraguaPrev promoveu uma audiência pública online no dia 10 de maio de 2021, às 18h, no site www.caraguaprev.sp.gov.br e pelas redes sociais da entidade (Facebook e <https://www.youtube.com/>), onde foi apresentado o Relatório de Governança Corporativa 2020, Política de Investimentos e o Relatório de Avaliação Atuarial, relatórios estes previamente aprovados pelos Conselhos Fiscal de Deliberativo, necessários à certificação do CaraguaPrev no programa Pró-Gestão – RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) Secretaria Especial de Previdência (SPREV) do Ministério da Economia. Informou ainda que foi

efetivada a contratação da Certificadora ICQ Brasil – Instituto de Certificação Qualidade Brasil para a certificação de nível I, sendo que só 103 (cento e três) dos 2.100 (dois mil e cem) Regimes Próprios de Previdência Municipal possuem certificação, aproveitando para agradecer e parabenizar todos pelo engajamento. Informou que os trâmites para alteração dos parâmetros para cálculo da taxa de administração em conformidade com a Portaria nº 19.451 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho já foram iniciados e o Projeto de Lei manterá o percentual de 2% da Taxa de Administração, sendo apenas alterada a forma de cálculo, que será sobre a base de cálculo das contribuições dos servidores ativos do Ente, já foi protocolado e lido em Sessão na Câmara Municipal, lembrando que com a mudança na forma de cálculo, o CaraguaPrev terá menos recursos de Administração, sobrando assim mais recursos para despesas previdenciárias. Em seguida tratou sobre o Projeto de Lei para implementação da Previdência Complementar, que já foi debatido em reunião com os Conselhos do CaraguaPrev e com os envolvidos da Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Administração e protocolado o processo n.º 9.639/2021 no Gabinete do Sr. Prefeito Municipal, devendo ingressar para pauta de votação na Câmara Municipal nos próximos dias. Informou ainda que as contas dos balanços gerais dos exercícios de 2016 e 2019 do CaraguaPrev foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do estado de São Paulo. Por fim, fora protocolado também na Prefeitura Municipal, na Câmara Municipal e na FUNDACC a Avaliação Atuarial 2021 para as devidas providências. Em seguida, conforme a pauta passou a palavra para a Diretora Financeira, para apresentação do primeiro item da pauta, que trata da prestação da Prestação de Contas do mês de ABRIL de dois mil e vinte e um, que está disponibilizada no site do Instituto, sendo enviado o link para os Conselheiros no ato da convocação da reunião, assim foram analisadas e aprovadas as demonstrações financeiras, bem como os relatórios e balanços contábeis das receitas e despesas, as conciliações bancárias, apresentada a evolução da execução do orçamento do RPPS e as contribuições previdenciárias, a rentabilidade, o enquadramento dos investimentos com a Política de Investimentos do CaraguaPrev e atendimento a Resolução número três mil novecentos e vinte e dois do Conselho Monetário Nacional. Após a Diretora Financeira do CaraguaPrev apresentou o Gráfico da evolução patrimonial e rentabilidade mensal e os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo, conforme relatório da análise dos investimentos e balanços contábeis disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto. Explicou ainda que o mês de abril de 2021 obteve uma rentabilidade positiva, pois no cenário mundial, o avanço em programas de combate à pandemia, pesados pacotes fiscais, forte volume de liquidez financeira, com taxas de juros reais em patamares baixos por longo

prazo, e a ociosidade da capacidade instalada de produção, são fatores importantes que tendem a contribuir para um crescimento mundial sustentado, nesse e nos próximos anos. Continua pensando sobre o Brasil, o alto nível de infecções e mortes por Covid-19, com lentidão na produção e entrega de vacinas, atenção fiscal, constantes ruídos políticos, e a necessidade de aprovação de importantes reformas, tais como a reforma tributária e a administrativa, dentre outras, que adicionalmente incrementam o grau de incerteza e de volatilidade nos mercados locais. Assim, após apresentação a Diretora Financeira perguntou se algum membro tem alguma dúvida ou consideração e com a negativa a Prestação de Contas foi aprovada por todos os presentes. Em seguida passou para o segundo item da pauta que trata da Alteração da Política de Investimentos 2021, que deverá estar em conformidade com a Avaliação Atuarial para 2021, que alterou a taxa anual de juros para 5,46%, de acordo com o critério estabelecido pela Portaria ME nº 12.223/2020 e disposto na Portaria MF nº 464/2018, que é definida, para o Fundo em Capitalização, como a menor entre a taxa associada à duração do passivo verificada na avaliação atuarial do exercício anterior e a meta estabelecida pela política de investimentos do Fundo, considerada a expectativa de rentabilidade dos ativos garantidores, a referida alteração foi aprovada pelos Conselheiros. Após foi passado ao Conselho a obrigatoriedade de pagamento dos precatórios, que são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva, dos valores de ações de natureza alimentar, ficando decidido e aprovado pelo Conselho Deliberativo o pagamento gradual ao longo do ano de 2021, obedecendo a ordem processual, devendo o valor ser retirado de fundo de investimento de caráter previdenciário que esteja com rentabilidade positiva acumulada no ano, ficando decidido que, sendo feitos os pagamentos mensais dos precatórios, os Conselheiros tomarão ciência na reunião ordinária subsequente ao pagamento para acompanhamento. Registre-se que o Certificado de Regularidade Previdenciária está vigente até o dia 29 de maio de 2021. Nada mais havendo a tratar, encerrada a reunião pelo Presidente do Conselho Deliberativo às 17h00min, lavrada a competente Ata, que segue, para aprovação dos membros do Conselho Deliberativo.

Marcus da Costa Nunes Gomes
Presidente do Conselho Deliberativo

Ivone Cardoso Vicente Alfredo
Membro do Conselho Deliberativo

Roberta Alice Zimbres Franzolin
Membro do Conselho Deliberativo

Gilceli de Oliveira Ubiña
Membro do Conselho Deliberativo

Rosemeire Maria de Jesus
Membro do Conselho Deliberativo
Certificação: ANBIMA CPA-10

Ivy Monteiro Malerba
Membro do Conselho Deliberativo

Pedro Ivo de Sousa Tau
Presidente do CaraguaPrev
Certificação: ANBIMA CPA-10

Luana Moussalli Forcioni Guedes
Diretora Financeira do CaraguaPrev
Certificação: ANBIMA CPA-10

Rose Ellen de Oliveira Faria
Diretora de Benefícios do CaraguaPrev